

**FORMAÇÕES DISCURSIVAS E PROCESSOS
IDENTIFICATÓRIOS NA AQUISIÇÃO DE LÍNGUAS**
(Discursive Formations and Identifications
Process in languages Acquisition)

Silvana SERRANI-INFANTE (Universidade Estadual
de Campinas)

ABSTRACT: This paper discusses theoretical results of the research project "Linguistic Identity and Identification: A Study of Functions of Second Language in Enunciating Subject Constitution". Non-cognitive factors that have a crucial incidence in the degree of success and ways of accomplishment of second language acquisition process are focused. A transdisciplinary perspective is adopted, mobilising categories from Discourse Analysis and Psychoanalysis. The most relevant ones are: discursive formation, intradiscourse, interdiscourse, forgetting n° 1, forgetting n° 2 (Pêcheux, 1982), identity, identification (Freud, 1966; Lacan, 1977; Nasio, 1995). Revuz's views (1991) are discussed. Her main claim is that during the process of learning a foreign language, the foundations of psychical structure, and consequently first language, are required. After examining how nomination and predication processes work in first and second languages, components of identity and identification processes are focused on, in an attempt to show how second language acquisition strategies depend on them. It is stated that methodological affairs of language teaching, learner's explicit motivation and the like are subordinated to the comprehension of deeper non-cognitive factors that determine the accomplishment of the second language acquisition process. It is also pointed out that those factors are to be approached, questioning the bipolar biological-social conception of subjectivity in the study of language acquisition and use and including in the analysis symbolic and significant dimensions of the discourse constitution process.

RESUMO: Este artigo apresenta uma discussão de resultados de natureza predominantemente teórica, decorrentes do andamento do projeto de pesquisa "Identidade e Identificação Linguístico - Cultural: Estudo das Funções da Segunda Língua na Constituição do Sujeito de Enunciação". Focaliza-se o funcionamento de fatores não cognitivos.

que têm uma incidência crucial no grau de sucesso e forma de acontecimento do processo de aquisição de segunda língua dentro de abordagem transdisciplinar, a partir de perguntas provindas da Lingüística Aplicada, mobilizando categorias da Análise do Discurso e da Psicanálise. As mais relevantes são: formação discursiva, intradiscurso, interdiscurso, esquecimento nº 1, esquecimento nº 2 (Pêcheux, ed. bras. 1988), identidade, identificação (Freud, 1966; Lacan, 1977; Nasio, 1995). Discute-se a perspectiva de Revuz (1991) sobre o processo de aquisição de segunda língua, que diz que, durante o processo de aprendizagem de uma língua estrangeira, as bases da estruturação psíquica são solicitadas e, portanto, a primeira língua. Examina-se o funcionamento dos processos de nomeação e predicação em L1 e L2 e destaca-se a importância dos processos de identidade e identificação, conforme caracterizados na teoria psicanalítica. Conclui-se afirmando que questões metodológicas do ensino de línguas, motivações explícitas do aprendiz e outros tópicos semelhantes estão subordinados, em grande parte, à compreensão dos profundos fatores não cognitivos discutidos, os quais determinam o modo de acontecimento do processo de aquisição de segunda língua. Propõe-se que esses fatores sejam abordados, problematizando-se a concepção bipolar biológico-social de sujeito de linguagem, pela inclusão, na análise, das dimensões simbólica e significante do processo de constituição do discurso.

Key words: Second language acquisition; Discourse analysis; Discursive formation; Identity; Unconscious subjectivity.

Palavras-chave: Aquisição de segunda língua; Análise de discurso; Formação discursiva; Identidade; Subjetividade inconsciente.

0. Introdução

O propósito deste artigo é apresentar a discussão de resultados teóricos, decorrentes do andamento do projeto de pesquisa "Identidade e Identificação Lingüístico-Cultural: Estudo das Funções da Segunda Língua na Constituição do Sujeito de Enunciação"¹. Focalizarei a

¹ Meu reconhecimento ao CNPq pelo apoio para a execução do projeto.

caracterização de fatores correspondentes à dimensão não-cognitiva que, a rigor, situam-se *antes* do processo de aquisição de segunda língua propriamente dito, mas que têm uma participação crucial e condicionam medularmente o sucesso, insucesso e modo de acontecimento desse processo. A caracterização a ser apresentada resulta de um percurso transdisciplinar, mobilizando-se conceitos da Análise do Discurso e da Psicanálise.

Quanto a preocupações sobre o processo de aquisição de segunda língua, surgidas de perguntas produzidas no escopo da Linguística Aplicada (LA), é pertinente levarmos em conta que, como qualquer outro corpo de conhecimento, a LA tem dois focos: um predominantemente particularizador e um outro generalizador (M. Saviile-Troike, 1988). Existe, de um lado, o interesse em resolver problemas práticos que envolvem questões de linguagem² e, de um outro lado, a preocupação com a formulação de conceitos e teorizações de natureza geral que sejam o fundamento global das pesquisas particulares. Assim, o projeto mencionado acima, encontra-se vinculado ao foco generalizador, isto é, à procura de aprofundar categorizações teórico-metodológicas que abordem o encontro de um sujeito com a segunda língua, tomando como referência a concepção de linguagem baseada nos princípios da Análise do Discurso³, trabalhando-se com uma concepção não subjetivista da subjetividade, ou seja, uma concepção de sujeito enquanto posição-efeito de regularidades enunciativas, historicamente constituídas, e possuidor de um inconsciente.

Como já disse, foi concretizado um trabalho na perspectiva transdisciplinar, partindo de perguntas da área de aquisição de segunda língua visando a aprofundar a densidade explicativa desse processo. Lembremos que não se trata de incluir “contribuições” de diferentes domínios, mas de evidenciar que o objeto de estudo atravessa as fronteiras das disciplinas, as quais não participam aditivamente, como meras fornecedoras de subsídios, mas cujos campos são, por sua vez, problematizados nesse cruzamento (cf. S. Serrani, 1990; A. Kleiman, 1992; A. Celani, A., 1995; L.P.Moita Lopes, 1995 e I. Signorini, 1996).

² Cf. Strevens, (1980) e M. Cavalcanti (1986).

³ Tomando como uma das referências mais significativas a perspectiva introduzida por M. Pêcheux.

Antes de apresentar a discussão específica deste trabalho, gostaria de mencionar um fato que, embora tenha dificultado em certa medida - sobretudo no início - o desenvolvimento desse percurso transdisciplinar, tem posto em evidência a necessidade de aprofundar o estudo do tema na perspectiva indicada. Dentro da literatura consagrada no domínio clássico de aquisição de segunda língua, tal como ele se constituiu na Linguística Aplicada, são muito escassos ou quase inexistentes os estudos que, ao se ocuparem de “fatores afetivos/emocionais”, incluem a consideração do inconsciente, tal como é concebido no escopo da teoria discursiva articulada à categorização lacaniana. Por outro lado, no campo psicanalítico, não são abundantes os trabalhos que tenham como foco o processo de aquisição de segundas línguas (o que predomina nesse campo é o tratamento da aquisição de primeira língua). Entretanto, depois de insistência na procura, foi possível o acesso a referências pertinentes para o tipo de abordagem salientado. A discussão das mesmas será exposta no decorrer do trabalho.

1. Aquisição de Segundas Línguas e Língua Materna

Considerando-se que falar é *sempre* um processo cuja complexidade estrutural supera o mero exercício de habilidades visando à “comunicação” de mensagens ou à resolução de “problemas” operacionais⁴, minha proposta é que o eixo da abordagem do processo de aquisição de uma L2 esteja no estudo do desafio subjetivo para o enunciador. Para tanto, é indispensável a mobilização de categorias teórico-metodológicas que possibilitem estudar essa complexidade própria da produção de linguagem, em geral, e aquela que é específica à situação de produção em L2, em termos de *inscrição* do sujeito de enunciação em discursividades da língua alvo.

Para desenvolver essa afirmação, começarei fazendo referência a um ângulo incomum para descrever esse desafio, apresentado por C. Revuz

⁴ Sobre as limitações de entender a produção de sentidos na e pela linguagem verbal como mera comunicação, ver Pêcheux (1988:24-5). O autor focaliza a contradição - da livre comunicação propiciada pela uniformização da língua nacional e a não comunicação definida pelas relações sociais - que impõe “na linguagem” barreiras de classe. Mesmo pensando que essas barreiras podem ser entendidas em outros termos além dos de classe social, salientamos a importância das afirmações de Pêcheux para aprofundar a compreensão da natureza e funcionamento da linguagem. Para um levantamento sobre a utilização do conceito de comunicação no escopo da Linguística Aplicada, ver P. Franzoni, 1992.

(1987, 1991). A autora observa que o processo de falar em L2 tem implicações tão profundas para o sujeito de enunciação porque, nesse processo, são solicitadas, simultaneamente, três esferas existenciais básicas na constituição da subjetividade. Uma delas diz respeito à relação do sujeito com o saber: trata-se do componente relativo à aprendizagem de regras lingüísticas e regularidades enunciativas, isto é, da língua enquanto objeto de conhecimento. Uma outra esfera existencial diretamente envolvida é o corpo. Chamo a atenção para o fato de que “corpo” aqui não deve ser entendido meramente em sua dimensão biológica, mas enquanto suporte da subjetividade, que é predominantemente inconsciente. O aparelho fonador e a movimentação muscular são requeridos pela quebra de automatismos fonatórios e de expressão gestual que acontece ao se tentar pronunciar sons, entoações e ritmos desconhecidos antes, ou ao realizar gestos novos. E é solicitada, também, a relação do sujeito com ele próprio, pois está em jogo a afirmação do eu enquanto sujeito que se autoriza a falar em primeira pessoa. Isso, no meu entender, tem implicações, tanto para a constituição do sujeito (enquanto posição de enunciação, pois não estou operando com a noção de indivíduo falante) e, também, à representação desse sujeito enquanto ego, que se apresenta como locutor “dono de seu dizer”⁵ em uma outra língua. Na próxima parte voltarei a esta questão. Agora, lembremos a hipótese fundamental da referida autora:

“(...) durante o processo de aprendizagem de uma língua estrangeira⁶ são as bases mesmas da estruturação psíquica que são solicitadas e, com elas, aquilo que é, a um mesmo tempo, o instrumento e a matéria dessa estruturação: a linguagem, a língua chamada materna.” (C. Revuz, 1991: 26)⁷

Cabe salientar que, nesta perspectiva, língua materna não é necessariamente aquela falada pela mãe, mas aquela que “teceu o inconsciente” (Ch. Melman, 1992:45), isto é, a língua que para cada um

⁵ Obviamente, as aspas indicam que consideramos essa afirmação válida somente no registro da ilusão necessária à existência da discursividade.

⁶ Aqui a expressão “língua estrangeira” está usada de modo genérico, incluindo também a situação de imersão, denominada frequentemente como “segunda língua”.

⁷ Quando não houver indicação da versão em português nas referências bibliográficas, a tradução é minha.

constitui a língua da estrutura simbólica fundamental⁸ que o faz sujeito. Entretanto, como observa C. Calligaris⁹, a língua materna acaba se confundindo com a língua nacional porque

“(...) a estrutura simbólica que nos faz sujeitos -por ser singular- não deixa de ser tomada numa rede maior, cultural, que é privilegiadamente a rede que uma história nacional organiza; [e] porque se cada um dispõe de um pai singular, este pai sempre vale na medida em que se ilustre de alguma maneira na rede social, que também é privilegiadamente nacional.” (1993:16-7)

Como contra-exemplo, Calligaris menciona as dificuldades de organização subjetiva com as quais se depara o sujeito cujo pai não encontra no social nenhum tipo de reconhecimento, por exemplo, no caso de achar-se em uma miséria real que o priva de cidadania.

Assim, desta perspectiva não se entende a língua enquanto código (códigos são explícitos) mas enquanto estrutura verbal simbólica, cujas marcas formais ganham sentido ao se realizarem em processos discursivos, historicamente determinados, e determinantes na constituição do sujeito. Portanto, como já disse, operar-se com a noção de formação discursiva certamente possibilitará superar a mera descrição de realizações lingüísticas e levará a formular hipóteses explicativas sobre jogos de implícitos e efeitos de sentido no processo de produção em L2, entendido como processo de *inscrição* do sujeito de enunciação em discursividades da língua alvo.

2. As Formações Discursivas enquanto Condensações de Regularidades Enunciativas

Como foi mencionado anteriormente, interessa-me pensar, à luz da teoria do Discurso, deslocamentos de posição subjetiva na ligação

⁸ Aqui, estou usando a expressão *estrutura simbólica*, no sentido que esse termo tem na categorização lacaniana, que distingue os registros imaginário, simbólico e real. Não é objeto deste trabalho descrever em detalhe esses registros. Dentre as referências que, no escopo da Ciência da Linguagem, se ocupam dessas categorias, destacamos J.-C. Milner, 1983. Em N. Leite (1994) encontra-se uma discussão interessante utilizando essa categorização. Retomando um seminário de Ch. Melman “A propósito da Conferência em Israel” (1988), cujo texto encontra-se reproduzido em Melman, 1992.

⁹ Agradeço a Maria Fausta P. de Castro a cessão deste material bibliográfico.

específica do sujeito com sua língua materna, trazidos à tona pelo encontro com a língua estrangeira. Vejamos em que consiste a operacionalização da noção de formação discursiva, no tocante ao tema que nos ocupa.

Coincindo com C. Revuz, quando diz que na aprendizagem de uma língua estrangeira há um momento no qual o que aparece com maior evidência é a operação linguístico-discursiva de *nominação*. Se levarmos em conta a processualidade do dizer (M. Pêcheux e C. Fuchs, 1975, em F. Gadet e T. Hak, 1990; E. Orlandi, 1983) e suas não-coincidências (J. Authier-Revuz, 1995), compreendemos que esse nomear deve ser entendido sempre como uma operação preche de mediações. Na Análise do Discurso, essas mediações decorrentes da opacidade da linguagem são trabalhadas em diversos “momentos” da teoria. Um deles é na re-elaboração das categorias de análise que descrevem o “ato enunciativo”. Assim, por exemplo, o termo “objeto do discurso” substitui o tradicional “referente” para designar “o quê” da nomeação. Destaca-se, assim, que o mundo não é dado, mas também construído pelo dizer (cf. E. Orlandi, 1988:15-21). Portanto, uma constatação é que a nomeação é sempre, simultaneamente, operação de *predicação*. Nos termos de C. Revuz:

“Muito tempo antes de poder falar, a criança é falada intensamente pelo seu ambiente, e não há uma palavra que não seja, a um só tempo¹⁰, designação de um conceito e discurso sobre o valor atribuído a esse conceito pelo ambiente. Esse sistema de valores impregna completamente o sistema linguístico” (1991:27).

É para depreender o funcionamento desses “sistemas de valores” que, a meu ver, é operativo entendê-los em termos de *formações discursivas*, pois elas são as que determinam o que se pode dizer e aquilo que não se poderia, manifestando uma relação com a discursividade, com a língua mesma, e com os diversos domínios de saber que ela permite construir. Como detalhei em um trabalho publicado em 1994, entendo as formações discursivas como *condensações de regularidades enunciativas no processo - constitutivamente heterogêneo e contraditório - da produção de sentidos no e pelo discurso, em diferentes domínios de saber*. Distancio-me, portanto, das perspectivas que concebem as formações discursivas como espaços discursivos fechados, constituídos a

¹⁰ O grifo é meu

partir de posições homogêneas e excludentes¹¹. Desenvolverei estas afirmações de imediato, ilustrando, também, com um exemplo relativo a estratégias argumentativas diferentes em duas línguas próximas.

Do meu ponto de vista, operar com a noção de formação discursiva permite melhor descrever e explicar o funcionamento de um dos dois momentos cruciais para observar como a língua estrangeira vem incidir na relação amplamente inconsciente que mantemos com a língua fundadora, a saber: os *modos diferentes de construir as significações* em línguas distintas¹². O que se pode explicar melhor é a preponderância de tal ou qual modo de construção de sentido, em relação a condições de produção discursiva determinadas. Para esclarecer melhor este ponto, ilustrarei fazendo referência a um trabalho em que analisei modos de construir significações em português brasileiro e espanhol riopratense¹³.

Nesse estudo, foi realizada a análise de *ressonâncias discursivas em micro-cenas experimentais* (de imediato, sintetizarei a conceituação das noções que sustentaram essa análise), em seqüências discursivas formuladas em condições de produção com diversos traços relativamente equivalentes, quanto à profissão, classe social, grau de instrução e posições institucionais de enunciadores falantes nativos de ambas as línguas. Foi possível observar que *apesar da proximidade sistêmica, os modos preponderantes de construir as estratégias de recusa diferiram notavelmente*. (A ilustração tratou especificamente da recusa a um pedido de carta de recomendação solicitada por um ex-funcionário demitido por justa causa). As diferenças mais significativas foram: a) a escolha da estrutura com modalização de possibilidade/capacidade: agente determinado + verbo poder em negativo + infinitivo [não podemos dar (a carta) / no podemos darle (la carta)] ressoou em 60%¹⁴ das seqüências discursivas de enunciadores brasileiros do corpus, e somente em 6% das seqüências dos enunciadores falantes nativos de

¹¹ Em Gadet e Hak (1990) e Maingueneau (1996) há panoramas da evolução no modo de conceber a noção de formação discursiva, nas três épocas da Análise do Discurso.

¹² O outro momento é o de encontro com a diferença nos universos fonéticos (Cf. C. Revuz, 1991).

¹³ Trata-se de "Análise de Ressonâncias Discursivas em Micro-Cenas para Estudo da Identidade Linguístico-Cultural", 1994.

¹⁴ Como observei no referido trabalho, embora a abordagem proposta não seja de cunho quantitativo e as conclusões não decorram dessas porcentagens, considerei de interesse ilustrar o grau de incidência das construções em cada língua, porque elas indicam tendências, a meu ver, significativas.

espanhol riopratense. Estes preferiram respostas lacônicas, do tipo “su solicitud ha sido denegada”, quase sem marcas amenizadoras para a recusa. Entretanto, essas marcas, ocorreram em quase 40% das seqüências em português. Quando as seqüências eram mais extensas em espanhol, predominaram expressões de indignação pela existência da solicitação ou modalizações apreciativas no sentido de fazer mais conclusiva a recusa. E nas fundamentações para a negativa apareceram também diferenças significativas. A construção subordinada mais freqüente, quase a única, com a qual os enunciadores em espanhol fundamentaram a negativa foi a iniciada por conjunções ilativas, tais como “después de/luego de”, utilizadas para expressar a *conseqüência* de um antecedente, neste caso o motivo da saída [“Digale que es imposible hacer ese certificado, *luego de* lo que pasó”]. Nas seqüências em português, o modo mais freqüente de construir a fundamentação da negativa foi com estruturas causais com “dado que”, “já que” ou explicativas com “pois”: ressoaram, assim, explicações, causas, mas não enunciados punitivos. E, finalmente, um tipo de fundamentação que ocorreu em várias seqüências em português, e que inexistiu na parte do corpus em espanhol, foi aquela em que a causa para a negativa esteve desvinculada do acontecimento, do tipo: [“Diga-lhe que no momento é impossível ajudá-lo pois estou de viagem ao exterior e que volto logo, que não se preocupe. Como só eu posso assinar esse atestado, prá ele ir ligando.”]. Quanto aos enunciadores em espanhol, cabe assinalar que, se perguntados especificamente, eles mencionaram a possibilidade dessa estratégia, porém, na resposta espontânea não houve ocorrências desse tipo. Caracterizamos, assim, duas formações discursivas: uma, denominada *de abrupção*, mais freqüente nas seqüências discursivas em espanhol riopratense, marcada por enunciações nas quais podem predominar construções com indeterminação de agente, frases curtas, categóricas e que, no grau mais marcado de abrupção, podem conter enunciados de indignação, que produzem um efeito de sentido punitivo para o destinatário. Na outra formação discursiva, marcada pela *enuniação de transições*, predominam construções modalizadas com agente determinado, marcas amenizadoras, subordinadas causais e coordenadas explicativas. No grau mais marcado de transição, a enuniação da negativa é produzida por inferência a partir de numerosas transições que decorrem de causas desvinculadas do evento em questão.

Como foi dito, essa análise esteve baseada na noção de *ressonância discursiva de significação*. Esta noção foi elaborada a partir de um